

**HABEAS CORPUS Nº 548.851 - SP (2019/0358152-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : MARCIO EDUARDO PERES MUNHOS  
**ADVOGADO** : MÁRCIO EDUARDO PERES MUNHOS - SP280168  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE AQUINO FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE AQUINO FERREIRA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Apelação Criminal n. 0001966-62.2016.8.26.0252.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime fechado, e multa, em razão da prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante a Corte a quo, a qual negou provimento ao recurso defensivo, mantendo incólume a sentença condenatória.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, porquanto inexistente lesão ou ameaça ao bem jurídico tutelado, dada a pequena quantidade de droga apreendida, o que permitiria o reconhecimento da atipicidade material da conduta, sendo devida a absolvição do réu com base na aplicação do princípio da insignificância.

Alega que o paciente faz jus à causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da referida lei, haja vista a ausência de indícios que demonstrem sua dedicação ao tráfico ou participação em organização criminosa, além de ser primário e possuidor de bons antecedentes.

Defende que, com a aplicação da minorante em comento, estaria autorizado o abrandamento do modo prisional, em razão do preenchimento dos requisitos legais, bem como ser devida a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que o paciente seja absolvido, ou alternativamente, seja reconhecido o tráfico privilegiado, com a devida readequação do regime e a substituição da pena corporal.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Com efeito, para a concessão do pedido liminar, é necessário a presença cumulativa dos seus requisitos, a saber, o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e o *periculum in mora* (perigo na demora).

Na presente hipótese, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto não foi comprovada a ilegalidade apontada pelo impetrante.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente deferir ou indeferir liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ante o exposto, **indeferir-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator